

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

### CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF PUBLIC POLICIES IN TEACHER TRAINING: PATHWAYS TO TRANSFORMATIVE EDUCATION

### DESAFÍOS Y POSIBILIDADES DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA FORMACIÓN DOCENTE: CAMINOS HACIA UNA EDUCACIÓN TRANSFORMADORA

Alexis dos Santos Cotta<sup>1</sup>  
Zailton Frederico Beuttenmuller<sup>2</sup>  
Jose Jakson Amancio Alves<sup>3</sup>

**RESUMO:** A formação de professores no Brasil é influenciada por contextos políticos, sociais e históricos, desde a atuação jesuítica na educação colonial até a criação de políticas públicas contemporâneas. Avanços significativos, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, estabeleceram diretrizes para promover competências pedagógicas e articulação entre teoria e prática. Programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) fomentam a valorização docente, embora desafios como precarização, desigualdades regionais e infraestrutura insuficiente persistam. A literatura destaca a relevância de uma formação crítica, defendida por autores como Paulo Freire, que propõem uma educação libertadora e centrada na justiça social. Além disso, estudos enfatizam a necessidade de formação continuada e o uso de tecnologias digitais para atender às demandas contemporâneas. No entanto, a implementação eficaz dessas iniciativas requer adaptação às realidades locais, especialmente em áreas rurais. Políticas públicas que promovam inclusão digital, redes colaborativas e habilidades socioemocionais são apontadas como soluções para superar desafios e fortalecer a identidade profissional docente. Assim, a integração de modelos internacionais bem-sucedidos, adaptados ao contexto brasileiro, é essencial para construir um sistema educacional mais equitativo e inclusivo.

2620

**Palavras-chave:** Capacitação docente. Políticas educacionais públicas. Educação continuada. Avaliação da qualidade educacional.

<sup>1</sup>Graduado em Direito, FESP Faculdades - Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, Mestre em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales-FICS, Servidor Público/UEPB.

<sup>2</sup>Mestre em Ciência da Educação - Facultad Interamericana De Ciencias Sociales, FICS. Servidor Público/UEPB. **m**

<sup>3</sup>Doutorado em Recursos Naturais - UFCG, Mestrado em Meteorologia - UFPB, Especialização em Geografia do Nordeste, Graduação em Pedagogia Licenciatura, Graduação em Geografia Licenciatura, Professor Associado da Universidade Estadual da Paraíba.

**ABSTRACT:** Teacher training in Brazil is influenced by political, social, and historical contexts, from Jesuit education during the colonial period to contemporary public policies. Significant advancements, such as the 1996 Law of Guidelines and Bases (LDB), established frameworks to promote pedagogical competencies and integrate theory with practice. Programs like National Teacher Training Plan (PARFOR) and the Institutional Teaching Initiation Grant Program (PIBID) support teacher valuation, although challenges such as precarization, regional disparities, and inadequate infrastructure persist. The literature emphasizes the relevance of critical education, championed by authors like Paulo Freire, who advocate for a liberating approach focused on social justice. Moreover, studies highlight the need for continuous teacher training and the use of digital technologies to address modern demands. However, effective implementation of these initiatives requires adaptation to local realities, especially in rural areas. Public policies that promote digital inclusion, collaborative networks, and socio-emotional skills are identified as solutions to overcome challenges and strengthen professional identity. Furthermore, integrating successful international models adapted to Brazil's context is essential to create a more equitable and inclusive educational system.

**Keywords:** Teacher training. Public educational policies. Continuing education. Educational quality assessment.

**RESUMEN:** La formación de profesores en Brasil está influenciada por contextos políticos, sociales e históricos, desde la actuación jesuítica en la educación colonial hasta la creación de políticas públicas contemporáneas. Avances significativos, como la Ley de Directrices y Bases (LDB) de 1996, establecieron directrices para promover competencias pedagógicas y articular teoría con práctica. Programas como el Plan Nacional de Formación Docente (PARFOR) y el Programa Institucional de Becas de Iniciación Docente (PIBID) fomentan la valorización docente, aunque persisten desafíos como la precarización, las desigualdades regionales y la infraestructura insuficiente. La literatura destaca la relevancia de una formación crítica, defendida por autores como Paulo Freire, quien propone una educación liberadora centrada en la justicia social. Además, los estudios enfatizan la necesidad de formación continua y el uso de tecnologías digitales para responder a las demandas contemporáneas. Sin embargo, la implementación efectiva de estas iniciativas requiere adaptaciones a las realidades locales, especialmente en áreas rurales. Las políticas públicas que promuevan la inclusión digital, redes colaborativas y habilidades socioemocionales se señalan como soluciones para superar los desafíos y fortalecer la identidad profesional docente. De este modo, la integración de modelos internacionales exitosos, adaptados al contexto brasileño, es esencial para construir un sistema educativo más equitativo e inclusivo.

**Palabras clave:** Capacitación docente. Políticas educativas públicas. Educación continua. Evaluación de la calidad educativa.

## INTRODUÇÃO

A formação de professores é um tema de extrema relevância no Brasil e em outros países, especialmente devido ao papel crucial que desempenha na melhoria da qualidade educacional. Esse processo envolve não apenas o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, mas também a compreensão das dimensões históricas, sociais e políticas que permeiam a educação. No contexto

brasileiro, a escola pública representa um espaço de democratização do acesso ao conhecimento, sendo fundamental para a promoção da cidadania e da igualdade social.

Historicamente, as políticas públicas destinadas à formação docente têm sido marcadas por descontinuidades e dificuldades estruturais. Embora diversos programas tenham buscado atender às demandas da sociedade, há desafios significativos relacionados à precarização do trabalho docente, à falta de infraestrutura nas escolas e à necessidade de alinhamento entre teoria e prática. Além disso, muitas vezes a responsabilização pelo desempenho dos alunos é atribuída exclusivamente aos professores, ignorando fatores externos como condições socioeconômicas e políticas educacionais inconsistentes.

O debate sobre a formação docente também se relaciona com a prática pedagógica emancipadora, baseada em princípios democráticos e no desenvolvimento da consciência crítica dos educadores. Essa abordagem é essencial para a consolidação de um sistema educacional que valorize a inclusão, a pluralidade e o respeito às diferenças.

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades das políticas públicas na formação de professores no Brasil, considerando aspectos históricos, legais e contemporâneos. Além disso, busca-se discutir o impacto dessas políticas na qualidade do ensino e na construção de uma educação mais equitativa e transformadora.

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

A formação de professores no Brasil é historicamente influenciada por contextos políticos e sociais. Durante o período colonial, a educação era dominada pelos jesuítas, com foco na catequese e na instrução religiosa. A expulsão dos jesuítas, em 1759, trouxe mudanças significativas, mas também gerou lacunas educacionais. As reformas pombalinas marcaram o início de um sistema de ensino mais centralizado, ainda que insuficiente para atender às demandas sociais da época.

Com a Proclamação da República, a educação passou a ser vista como elemento essencial para a construção da cidadania. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, destacou a necessidade de uma educação pública, gratuita e universal. Essa visão, no entanto, enfrentou resistências de grupos conservadores e dificuldades de implementação devido às desigualdades regionais e à escassez de recursos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 trouxe avanços significativos ao estabelecer diretrizes claras para a formação docente. Segundo o Artigo 61, a

formação deve promover o desenvolvimento de competências pedagógicas e o aprofundamento teórico. Além disso, foram criados programas como o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que visam integrar teoria e prática e fomentar a valorização docente.

Autores como Paulo Freire (1996), Saviani (2007) e Libâneo (2001), ressaltam a importância de uma educação libertadora, que valorize o papel do professor como agente de transformação social. Freire (1996) defende que a formação docente deve estar alicerçada na compreensão crítica do mundo e no compromisso com a justiça social. Essa perspectiva contrasta com abordagens tecnicistas, que priorizam a eficiência e a padronização em detrimento do desenvolvimento humano.

Outros autores como Gatti (2010), Castro (2018) e Nova (1992) enfatizam o papel das políticas públicas na estruturação de uma formação docente que atenda às necessidades do sistema educacional, utilizando ferramentas como avaliações para subsidiar decisões.

Gatti (2010) enfatiza que a atualização constante é fundamental para lidar com as mudanças nas demandas educacionais e nas práticas pedagógicas. Além disso, a articulação entre formação inicial e continuada pode fortalecer a identidade profissional do professor e promover a troca de experiências entre pares.

Apesar dos avanços, a formação docente enfrenta desafios como a precarização do trabalho, os baixos salários e a falta de infraestrutura nas escolas. Esses fatores desestimulam jovens a ingressarem na carreira docente, contribuindo para a escassez de profissionais qualificados. Ademais, as desigualdades regionais impactam a qualidade da formação, com instituições em regiões mais pobres enfrentando dificuldades para oferecer programas robustos e de qualidade.

Além disso, as políticas públicas voltadas à formação docente precisam considerar o contexto das desigualdades educacionais no Brasil. Embora não existam dados específicos que comparem diretamente o acesso de professores urbanos e rurais a programas de formação continuada, é amplamente reconhecido que docentes em áreas rurais enfrentam desafios adicionais, como barreiras logísticas e financeiras, que podem dificultar sua participação nesses programas. A implementação de políticas públicas de formação continuada no Brasil tem buscado atender às necessidades de todos os professores, independentemente de sua localização geográfica. No entanto, a efetividade dessas políticas pode variar conforme as condições locais e regionais.

Uma pesquisa qualitativa de avaliação do PARFOR indicou que os principais desafios enfrentados pelos professores participantes estão relacionados à conciliação das tarefas docentes

com a carga de estudos e às dificuldades de transporte, fatores que podem ser mais acentuados em áreas rurais.

Outra questão é o impacto das agendas internacionais na formação docente brasileira. Organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial têm promovido diretrizes baseadas em metas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Embora essas iniciativas possam trazer benefícios, é crucial adaptá-las às especificidades locais, garantindo que as propostas respeitem a diversidade cultural e socioeconômica do país. Estudos de Saviani (2007) indicam que a adaptação das políticas globais deve ser feita de forma crítica, priorizando as necessidades reais do sistema educacional brasileiro.

A integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento profissional contínuo, incluindo programas de mentoria e redes colaborativas de docentes, também tem sido destacada na literatura como uma forma eficaz de garantir a melhoria da educação. Essas iniciativas promovem a troca de experiências e fortalecem a identidade profissional, contribuindo para um sistema educacional mais equitativo e inclusivo.

## METODOLOGIA

2624

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com foco em revisão bibliográfica e documental referenciada ao longo do artigo. Foram analisados artigos acadêmicos, livros, legislações e relatórios oficiais que tratam das políticas públicas voltadas à formação docente. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender as interfaces entre teoria e prática no contexto educacional brasileiro.

Para a revisão bibliográfica, utilizaram-se autores clássicos como Paulo Freire, Dermeval Saviani e Bernadete Gatti. Já a revisão documental incluiu análise detalhada da LDB (Lei 9.394/1996), dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e normativas do Ministério da Educação (MEC) relacionadas à formação inicial e continuada dos professores.

As informações foram organizadas em categorias temáticas: histórico da formação docente no Brasil, desafios contemporâneos e impacto das políticas públicas. Essa organização permitiu uma análise aprofundada das dinâmicas que influenciam a formação docente e a identificação de lacunas nas políticas existentes. Além disso, foram investigados programas como o PIBID e o PARFOR, avaliando suas contribuições e limitações para o aperfeiçoamento da prática docente.

A validação das informações ocorreu por meio da triangulação de fontes, buscando assegurar a consistência das informações. Também foram realizadas comparações com pesquisas internacionais sobre formação docente para identificar boas práticas que possam ser adaptadas ao contexto brasileiro.

Para complementar a análise, entrevistas exploratórias com especialistas na área educacional foram realizadas, permitindo a triangulação entre percepções teóricas e práticas. O estudo seguiu princípios éticos, respeitando os direitos autorais das fontes consultadas e garantindo a transparência na apresentação dos resultados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa indicam que as políticas públicas de formação docente no Brasil apresentam avanços relevantes e desafios persistentes. A institucionalização de programas como o PIBID é um dos pontos de destaque, possibilitando a vivência prática dos futuros professores no ambiente escolar. Dados mostram que participantes do PIBID relatam maior compreensão das dinâmicas escolares e aprimoramento na transição entre teoria e prática.

Além disso, relatórios do IDEB 2007 a 2018 destacam que escolas com professores participantes do programa apresentam tendência de melhora nos índices de desempenho dos alunos. Nota-se que países que investem em formação continuada apresentam melhores índices educacionais. Pimenta (1997) sustenta que a formação docente precisa ser centrada na prática pedagógica, considerando-a como o eixo articulador entre os conhecimentos teóricos e as demandas reais do ensino.

Os desafios enfrentados pelas áreas rurais evidenciam a necessidade de adaptações nas políticas públicas. Enquanto programas como o PIBID têm demonstrado eficácia em contextos urbanos, é fundamental expandir sua atuação para contextos mais vulneráveis, garantindo maior equidade.

Além disso, a ausência de suporte tecnológico nas escolas rurais prejudica tanto a formação dos professores quanto o aprendizado dos alunos, uma questão que precisa ser abordada com urgência. Moraes (2003) argumenta que as políticas públicas voltadas para a educação a distância podem ser uma solução viável para a formação de professores em regiões remotas, desde que sejam acompanhadas de suporte pedagógico e tecnológico adequado.

Freire (1996) enfatiza que a educação deve ser libertadora, algo que contrasta com o modelo tecnicista vigente em muitas escolas. A valorização do professor como agente de transformação,

sugerida por programas como o PIBID, é um exemplo de caminho promissor. Contudo, é necessário ampliar o alcance desses programas para regiões vulneráveis.

A comparação com modelos internacionais reforça a importância de uma abordagem contextualizada. Pesquisas realizadas no Canadá indicam que programas de mentoria para professores iniciantes ajudam a reduzir taxas de abandono na profissão, uma estratégia que poderia ser adaptada ao contexto brasileiro. Outra iniciativa que merece atenção é a integração entre universidades e escolas locais para a capacitação de docentes, algo já adotado em países como Alemanha e Coreia do Sul, com êxito.

Por fim, é importante destacar a relevância prática desses resultados para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas. A implementação de programas que integrem teoria e prática, com suporte constante ao professor, pode promover não apenas melhorias no ensino, mas também maior retenção de profissionais qualificados no magistério. A criação de incentivos financeiros e logísticos para professores que atuam em regiões de difícil acesso também se apresenta como uma solução viável para reduzir as desigualdades regionais. Assim, é possível construir uma formação docente mais equitativa e alinhada às demandas contemporâneas.

Outro aspecto que devemos considerar é que a formação docente no Brasil enfrenta desafios históricos e estruturais decorrentes de contextos políticos, sociais e econômicos. As políticas públicas destinadas à formação de professores têm oscilado entre avanços significativos e descontinuidades que prejudicam sua eficácia.

A introdução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e o Plano Nacional de Educação demonstraram esforços para consolidar padrões mínimos de qualidade e ampliar o acesso à formação inicial e continuada.

No entanto, questões como precarização do trabalho docente, desigualdades regionais e a fragmentação de programas de formação dificultam a consolidação de uma política efetiva. Autores como Paulo Freire e Dermeval Saviani destacam a necessidade de uma abordagem emancipadora, que valorize a prática reflexiva e a criticidade no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o avanço das tecnologias e a implementação de políticas locais adaptadas às realidades regionais são apontados como caminhos promissores.

As possibilidades para uma educação transformadora incluem a criação de redes colaborativas, investimentos em infraestrutura educacional e a valorização do papel do professor como agente central no processo educativo. Assim, construir uma formação docente contínua e integradora é essencial para promover uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a formação docente no Brasil precisa ser fortalecida por meio de políticas públicas mais consistentes e alinhadas aos princípios democráticos. Investimentos em programas de formação continuada, melhoria das condições de trabalho e ampliação do acesso à educação de qualidade são essenciais para superar os desafios identificados.

Ademais, a inclusão de iniciativas que promovam a equidade regional é vital. Diversos debates apontam que regiões rurais e periféricas enfrentam maiores dificuldades na formação e retenção de professores qualificados. Para reduzir essas disparidades, é essencial implementar incentivos financeiros e logísticos, como bolsas de estudo, suporte técnico e acesso a tecnologias educacionais.

O fortalecimento do diálogo entre educadores, gestores e comunidade é indispensável para a construção de uma educação mais equitativa e transformadora. Diversos debates apontam que ambientes escolares que incentivam a participação colaborativa promovem melhores resultados acadêmicos e sociais. Além disso, é necessário garantir que a formação docente contemple tanto aspectos técnicos quanto éticos, fomentando uma prática pedagógica emancipatória.

Outro ponto relevante é a adaptação de modelos internacionais bem-sucedidos ao contexto brasileiro. Países como a Finlândia e o Canadá se destacam pela articulação entre universidades e escolas para a capacitação de professores. Essa integração não apenas melhora a prática educativa, mas também promove um desenvolvimento profissional mais robusto.

Além disso, a necessidade de tecnologias acessíveis para todas as regiões é outro ponto crítico. Investir na conectividade das escolas, especialmente nas áreas mais remotas, pode reduzir desigualdades no acesso ao conhecimento e melhorar a formação docente. Esses investimentos devem ser acompanhados de treinamentos específicos para professores, promovendo o uso pedagógico de tecnologias.

Por fim, reforça-se a necessidade de valorização do professor como agente central no processo educacional. A formação não deve se limitar à transmissão de conteúdos, mas também promover o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade de transformação social. Nesse sentido, a criação de redes de apoio entre docentes é fundamental para incentivar a troca de experiências e superar desafios do cotidiano escolar.

Um aspecto adicional é a implantação de programas regionais de formação que considerem especificidades culturais e socioeconômicas. Tais iniciativas poderiam abordar questões locais de maneira personalizada, aumentando a eficácia das políticas públicas.

A construção de políticas públicas sólidas e de longo prazo, com base em evidências e resultados concretos, deve ser priorizada. Apenas com um sistema educacional robusto e inclusivo será possível formar cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Dessa forma, a educação não apenas cumpre seu papel pedagógico, mas também transforma vidas e fortalece comunidades inteiras

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 14 dez. 2018.

CASTRO, M. H. G. **Desafios da Educação no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IDEB – INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/SAEB/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 14 de dez. 2018.

GATTI, B. A.. **Formação de Professores no Brasil: Políticas e Práticas**. Campinas: Autores Associados, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, M. C. **Educação a Distância: Fundamentos e Práticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

NOVA, A. **Políticas Públicas e a Prática Educacional**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

PIMENTA, S. G. **Didática e Prática de Ensino: Interfaces para a Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.